



## **O BRASIL NO MERCOSUL: UMA ANÁLISE SOBRE A POLÍTICA EXTERNA DE FHC E LULA DA SILVA (1999-2006)**

**Maria Sarah do Nascimento Brito**

Graduando em licenciatura em história (UPE)

Integrante do laboratório de História do Tempo Presente (Núcleo UPE)

E-mail: [maria.sarah58@hotmail.com](mailto:maria.sarah58@hotmail.com)

Orientador: Karl Schurster Veríssimo de Sousa Leão (UPE).

ST 4 - Formação humana sob a perspectiva histórica:  
intelectuais, instituições e projetos educacionais em tempos de crise

A análise de trabalhos que discutem o processo de mudança e continuidade na política externa brasileira, em grande medida consideram que as ações de Lula da Silva foram de aprofundamento das iniciativas da gestão FHC. Da mesma forma encontramos trabalhos que sustentam o argumento de que os governos dos presidentes divergiram substancialmente (ALMEIDA, 2004). Dessa forma, procuramos analisar a participação do Brasil no Mercosul e como se deu as coalizões sul-sul, focando no crescimento econômico, para fazermos nossa própria classificação a respeito do período de transição que se seguiu. Para desenvolver essa análise, usamos como fonte os discursos presidenciais dos ex-presidentes em cerimônias internacionais, buscando entender a característica desse discurso, como ele se estrutura e a ideologia que ele carrega.

O discurso não se trata da transmissão de informação apenas, pois, no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela História, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos e não meramente transmissão de informação. O discurso pode ser compreendido como uma rede nunca completa e concluída, sempre passível de mudanças provocadas pelas ideologias e pela história, além de mudanças na ordem do sentido e na ordem do próprio discurso. O objeto da análise do discurso não é a língua em si ou suas produções. O discurso necessita dos elementos linguísticos, implica uma exterioridade à língua. Ele tem reflexo no texto, mas envolve questões que vão além do âmbito linguístico, como os aspectos ideológicos e sociais a que as palavras remetem quando são escritas ou faladas (ORLANDI, 2007).



### **O discurso de FHC e a organização da política externa (1999-2002).**

A iniciação do neoliberalismo no Brasil teve início no governo Collor de Mello, continuou de forma moderada com Itamar Franco e foi aprofundado durante os dois mandatos de FHC. Um modelo caracterizado pela ligação com Washington e pela atuação de livre mercado. Segundo Vigevani et al. (2003), as diretrizes da política externa brasileira nos dois mandatos de FHC, seguiram parâmetros tradicionais: o pacifismo, o respeito ao direito internacional, a defesa dos princípios de autodeterminação e não-intervenção, e o pragmatismo como instrumento necessário e eficaz à defesa dos interesses do país. Até 1988 os parâmetros tradicionais davam sentido a políticas protecionistas (VIGEVANI et al., 2003). Os autores defendem que esse modelo tradicional foi substituído por uma agenda internacional proativa e que visava a lógica da autonomia pela integração.

De acordo com essa perspectiva, o país passou a ter mais controle sobre seu destino e resolver melhor seus problemas internos, com direito a participação na elaboração das pautas do cenário internacional. Para tal, a política externa brasileira passou a se organizar através do tripé macroeconômico (câmbio flutuante, meta de inflação e meta fiscal) e se adaptou a consolidação de novos paradigmas que surgiram com a globalização, sendo um deles o conceito de *global trader*, indicando que o país tinha interesses globais (VIGEVANI et al., 2003). Nesse sentido, o país teria trabalhado com a ideia de liberalização comercial para expandir seus ganhos.

Considerando perspectivas distintas, Tatiana Berringer (2015) nos diz sobre esse tema que para entendermos as mudanças da configuração dessa política externa nos anos 90, precisamos considerar o que é neoliberalismo e seus pressupostos teóricos porque foram os pontos que nortearam a política de Fernando Henrique Cardoso. O neoliberalismo corresponde a uma ideologia política e econômica adaptada a realidade do século XX fruto da crise enfrentada pelo capitalismo na era da prosperidade. As políticas neoliberais privilegiam a atuação e os interesses das grandes empresas transnacionais e do capital financeiro. Contudo, apesar do crescimento dessas empresas, o papel do Estado-nação não foi suplantado, mas sim reorientado e reformulado (BERRINGER, 2015).



Como defendido por Vigevani et al. (2003), Berringer também entende que a forma organizacional do setor externo de FHC começou com Fernando Collor, mas defende que esse modelo consolidou o neoliberalismo ortodoxo no país e estreitou as relações com os países hegemônicos muito mais do que com países periféricos, ou seja, defende que a política de autonomia pela integração não foi uma prioridade. Vejamos a seguir:

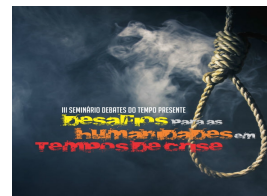
Além da adoção das políticas de abertura comercial, privatização, redução dos gastos estatais, desregulamentação trabalhista e financeira, os governos Collor (1990-1992) e FHC (1995-2002) são marcados pelo retorno da aliança especial com os Estados Unidos [...] Trata-se de uma mudança grande se comparada com as últimas décadas da política externa brasileira, que, mesmo sob regime militar, manteve fortes discordâncias com os Estados Unidos [...] (BERRINGER; 2015;p 97)

Nesse sentido, as razões para a mudança no direcionamento do setor externo brasileiro são pautadas na aceitação da subordinação, ainda que de forma parcial. Ou seja, não teve uma postura pragmática e nem ativa na criação das ações que norteiam o mercado internacional, como defendeu anteriormente Vigevani et al.

Por conseguinte dessas, podemos notar na discussão entre os autores a diferença entre as análises sobre o período FHC. A análise que temos desse período é próxima da feita por Berringer, pois também entendemos que FHC foi de postura passiva frente as pressões exercidas pelos países hegemônicos e não teve como prioridade a política horizontal de coalizão.

Para chegarmos a essa conclusão usamos como base o discurso de FHC por ocasião do jantar oferecido pelo então presidente da república portuguesa, Jorge Sampaio, em 8 de março de 2000, e podemos notar o discurso passivo que tornou-se característico do governo de FHC. O pronunciamento se tratava de negociações políticas e comerciais de reaproximação entre Brasil e Portugal. Nessa ocasião, FHC prefere falar de forma subjetiva e enaltecer a descendência portuguesa, rememorando 1500, Pero Vaz de Caminha e a sua carta que *vingou bem e deu margem a um universo civilizatório*<sup>1</sup>. E acrescenta:

<sup>1</sup> Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/10608-discurso-do-senhor-presidente-da>



Concluiria minhas palavras revelando que os últimos meses me deixaram surpreso com o número de países amigos que estão a reivindicar, ainda que informalmente, primazia sobre o descobrimento do Brasil. Chego a sentir-me lisonjeado por presidir um país de origem tão cobiçada. Mas quero dizer aos queridos anfitriões que somos assediados em vão. Já definimos que a ascendência brasileira é portuguesa. Não por fidelidade à frota de Cabral, por destemida que tenha sido. Mas porque nos reconhecemos desde sempre parte da alma lusitana, uma alma aberta, convidativa a outras culturas, e por isto mesmo portuguesa.<sup>2</sup>

Nesse exemplo, podemos notar o posicionamento passivo de FHC quando opta rememorar a relação colônia – metrópole que uma vez ligou os países, do que se ater a um discurso mais vigente sobre interesses do Brasil, que seria de promover, enquanto uma das maiores economias do Mercosul, a aproximação do bloco com a União Europeia. A partir daí, podemos perceber o posicionamento do ex-presidente em não confrontar a hegemonia internacional, colocando as relações multilaterais latina em segundo plano.

Sobre a mesma ocasião de negociações entre Brasil e Portugal, no dia seguinte, 9 de março dos anos 2000, em Lisboa, Lula da Silva demonstra um posicionamento mais direto e pragmático em relação a essa reaproximação quando cita Correa de Serra e Thomas Jefferson sobre ideia de congregar o Brasil e os Estados Unidos e criar uma América para os americanos. Sobre isso, Lula da Silva fala que:

Assim germinou a doutrina que o Presidente Monroe anunciaria em 1823, reservando a América para os americanos, dividindo o "oceano em dois hemisférios", como previa Jefferson, sob inspiração do abade português. Transcorridos quase dois séculos, Brasil e Portugal estão hoje a buscar o contrário do sugerido por Correa da Serra. Queremos integrar os dois hemisférios, em vez de separá-los. É a mensagem que trago aos amigos portugueses nesta visita comemorativa do V Centenário da Viagem de Pedro Álvares Cabral. O Brasil deseja que seus 500 Anos sejam assinalados por uma aproximação crescente com

---

[republica-no-jantar-oferecido-pelo-presidente-da-republica-portuguesa-jorge-sampaio-no-palacio-da-ajuda](http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/10608-discurso-do-senhor-presidente-da-republica-no-jantar-oferecido-pelo-presidente-da-republica-portuguesa-jorge-sampaio-no-palacio-da-ajuda)>

<sup>2</sup> Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/10608-discurso-do-senhor-presidente-da-republica-no-jantar-oferecido-pelo-presidente-da-republica-portuguesa-jorge-sampaio-no-palacio-da-ajuda>> Acesso em: 04/2018



a Europa. Esperamos que a data coincida com a adoção de passos definitivos rumo à associação entre o Mercosul e a União Europeia.<sup>3</sup>

Neste discurso já indicamos a notória diferença de posicionamento a exemplo do uso de palavras significativas como *integrar os dois hemisférios* e *associação entre Mercosul e União Europeia*. Podemos notar que não foi mencionada a herança de colonização entre os dois países, mas que se tratava de uma negociação para além da relação Brasil-Portugal, uma reaproximação entre dois continentes, entre América e Europa, entre interesses de blocos econômicos. Não se tratava de elogiar o ego português com a descendência lusitana, com a memória da exploração portuguesa e seu processo de “civilizar o Brasil”, mas de representar os interesses da América Latina e de um novo Brasil frente à conjuntura internacional. Um Brasil que por entender as dificuldades de ascensão impostas pelo protecionismo dos países desenvolvidos, buscava novos espaços e uma maior representatividade exterior.

### **O discurso de Lula da Silva e a organização da política externa (2003-2006)**

No que se refere à política externa do governo Lula da Silva, as iniciativas tomadas no início de 2003 no âmbito da diplomacia é a linha do governo que mais reflete as antigas propostas e as posições tradicionais do Partido dos Trabalhadores (PT) (ALMEIDA, 2004). Para ele, nem na política econômica, nem na política interna e seus novos ministérios ficou tão nítido a relação com os discursos iniciais de propostas políticas do partido. Em outras palavras, é na organização da política externa que o governo do ex-presidente Lula que mais se assemelha com o discurso da formação do PT.

A diplomacia do governo Lula já foi chamada de ativa e altiva por Celso Amorim e viveu um momento de grande dinamismo, segundo ele, conforme as prioridades do ex-presidente *de ampliar a geografia das relações externas do Brasil, atualizando o conteúdo de nossa vocação universalista; e adotar uma postura firme e ativa nas negociações multilaterais, inclusive regionais, com vistas a assegurar um*

---

<sup>3</sup>Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/10588-discurso-do-senhor-presidente-da-republica-no-almoco-em-homenagem-as-personalidades-do-ano-brasil-portugal>> Acesso em: 04/2018



*espaço regulatório internacional justo e equilibrado.*<sup>4</sup> Muitas dessas iniciativas, em contrapartida, correspondem a sequência da administração anterior, o que faz Almeida (A2004) classificar a organização do setor externo mais como continuidade do que ruptura.

Inicialmente, a eleição de Lula da Silva causou muita especulação dentro e fora do Brasil no que se refere a atuação do governo. Para responder a essas especulações, o governo lançou a Carta ao povo brasileiro, que se consolidou como um ato de acalmar as elites, garantindo a continuidade do governo anterior. Apesar dessa afirmativa, o governo Lula conseguiu desenvolver questões importantes não desenvolvidas pelo governo anterior, como consolidar a influência do Mercosul e elevar a representatividade do Brasil com a participação no G7.

Para a concretização dessa estratégia, as relações internacionais do governo Lula são dotadas de três dimensões: uma diplomacia econômica, outra política e um programa social. Em relação ao primeiro aspecto, entende-se que é necessário manter aberto às negociações com os países hegemônicos para obter capital internacional sem nenhuma ruptura brusca; o segundo ponto se trata de reafirmar os interesses políticos do país de forma a desenvolver uma diplomacia mais ativa e afirmativa; por fim, projeto interno com impacto internacional na medida em que suas propostas sociais buscam corrigir as desigualdades (VIZENTINI; 2005, p. 389). Dessa forma, o autor defende que essa nova postura suplantou a passividade do governo e buscou alianças fora do hemisfério como forma de ampliar sua influência internacional.

Para Berringer (2015) essas mudanças estavam vinculadas a alterações no cenário internacional. Elas devem ser entendidas, portanto, no quadro das mudanças políticas internas que ocorreram no Brasil nos anos 2000. A autora, diferente da perspectiva de Almeida, entende a política internacional do governo Lula marcada por grandes diferenças em relação ao governo FHC. A criação e a participação do Brasil nas coalizões sul-sul representaram a retomada das iniciativas terceiro-mundistas dos anos 1970 e 1980 sob uma nova roupagem (BERRINGER; 2011; P 162, 163). Todas essas

---

<sup>4</sup> Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/7788-a-politica-externa-do-governo-lula-dois-anos-artigo-do-ministro-das-relacoes-exteriores-embaiador-celso-amorim-publicado-na-revista-plenarium>> Acesso em 04/2018



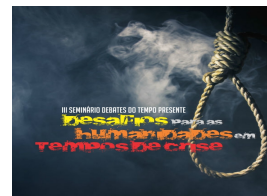
ações, no seu conjunto, contribuíram para um posicionamento mais forte frente às pressões dos blocos hegemônicos.

Esta nova realidade permitiu reforçar a política lançada pelos países sul-americanos de desenvolver a infraestrutura física (transporte, comunicação) que contribuíram para o fortalecimento do Mercosul, estabelecendo ainda relações de cooperação com alguns países da África, buscando ressaltar os laços históricos culturais e econômicos existentes entre Brasil e África.

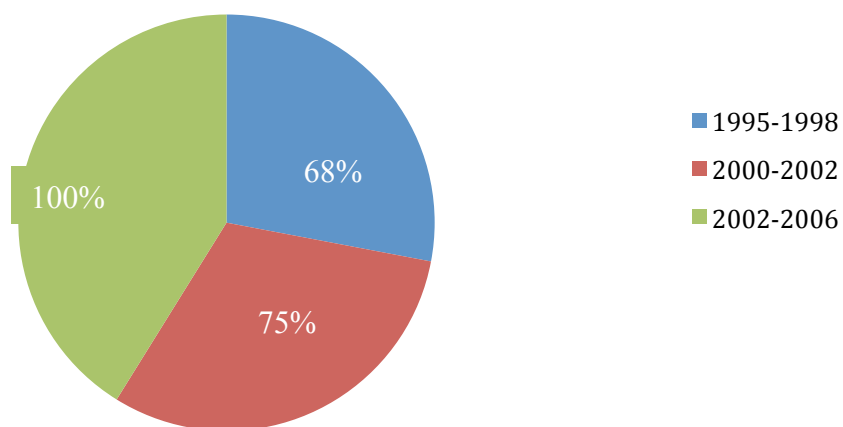
### **O Brasil no Mercosul**

Dado o exposto, consideramos que a participação do Brasil no Mercosul foi muito mais ativa a partir de 2003. Apesar de o bloco ter sido fundado no governo de FHC, entre 1995 e 1998, o bloco passou a ter maior relevância internacional e regional com as políticas de integração efetuadas no governo Lula. O discurso de autonomia pela integração defendida por FHC se constituía muito mais como um discurso de propaganda do que um discurso ideológico colocado em prática. No que se refere às relações multilaterais, o ex-presidente em questão chegou a estabelecer algumas relações com alguns países do Oriente Médio, mas não manteve como prioridade. De 1999 até 2002 o governo FHC fechou apenas 10 acordos bilaterais com países como Síria, Líbano, Egito e Turquia. Comparativamente, o governo Lula estabeleceu pouco mais de 120 acordos bilaterais com mais de 10 países, dentre eles Argélia, Líbia, Katar e Kuwait.<sup>5</sup> Se tratando especificamente do Mercosul, nos anos iniciais, a troca comercial era desigual e resumia-se em grande medida as duas potências do bloco, Brasil e Argentina. Esse monopólio comercial gerou uma crise no Mercosul em 1999. Essa crise resultou na criação da Tarifa Externa Comum (TEC). Com advento da onda vermelha instaurada na América Latina, o Mercosul foi reformulado e passou a buscar integrações multilaterais efetivas entre os países membro, como veremos no gráfico a baixo.

<sup>5</sup> Disponível em <<http://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/M47e16008/10963>> Acesso em 13/05/2018

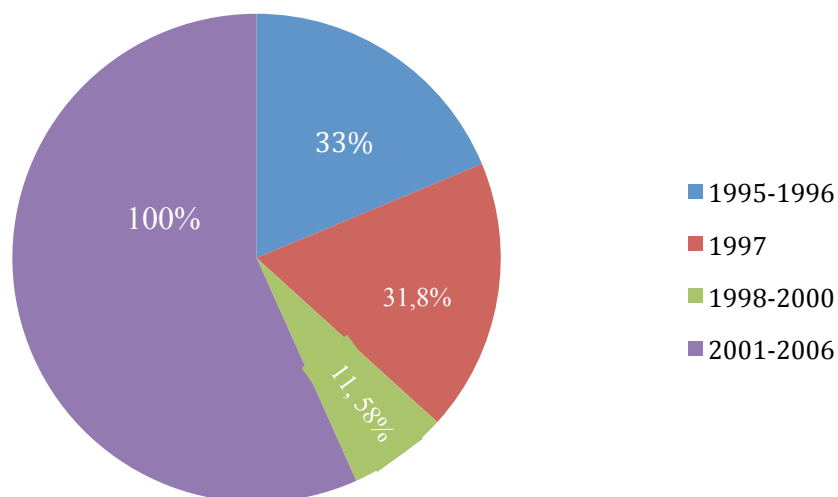


### Grau de representatividade da Argentina



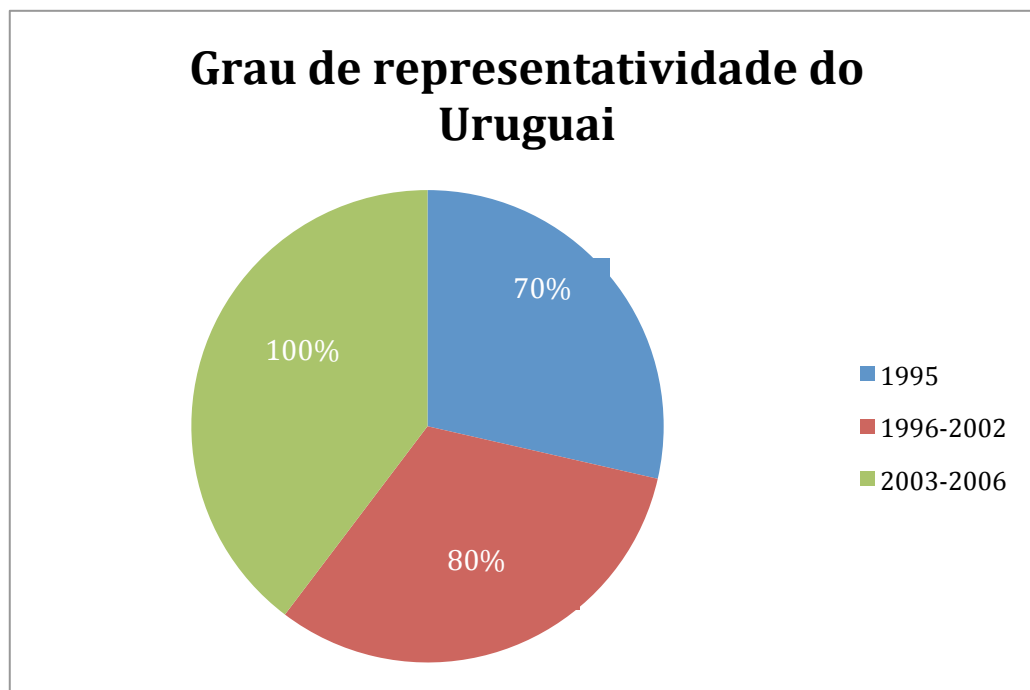
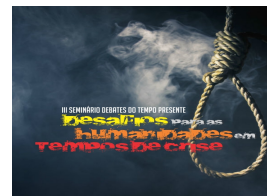
Fonte: latinobarometro. Disponível em: <http://www.latinobarometro.org/latContents.jsp>

### Grau de representatividade do Brasil



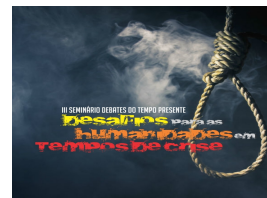
Fonte: latinobarometro. Disponível em: <http://www.latinobarometro.org/latContents.jsp>





Fonte: latinobarometro. Disponível em: <http://www.latinobarometro.org/latContents.jsp>

Os gráficos mostrados acima se tratam o grau de representatividade medido pelo Latinobarometro que abrangem um período de formação do Mercosul 1995 à 2006. Na Argentina, no período entre 1995 e 1998 o grau medido foi de 68% de representatividade externa. Entre 2000 e 2002, já com o Mercosul estabelecido, essa representatividade cresce para 75%, mas apenas a partir de 2003 esse grau de influência cresce significativamente, alcançando a casa dos 100%. O mesmo crescimento se segue nos dois países do gráfico, Brasil e Uruguai. No Brasil, antes da formação do Mercosul a representatividade foi medida em 33% no ano de 1995 e 1996, caindo para 31,8% no ano seguinte. Entre 1998 e 2002, esse número passa de 31,8% para a menor porcentagem dos países em análise, sendo esta 11,58%. Somente a partir de 2003 a representatividade do Brasil volta a crescer, alcançando os 100%. No último caso, no Uruguai, antes da formação do bloco, a influência do país se tratava de 70% já em 1995. Entre 1996 e 2002 há um crescimento de 10%, e a partir de 2003 essa média cresce e alcança os 100%. É interessante observar que esses países em análise que integram o



Mercosul, alcançaram a máxima dos 100% apenas a partir de 2003, quando se inicia a gestão de Lula da Silva, o que nos sugere a efetividade de parte das políticas de integração desenvolvidas na gestão do PT.

### **Considerações finais**

As análises de política externa de forma geral buscam entender como são formuladas tais políticas. Para entender esse processo, como fator determinante, devemos considerar os interesses das elites no bloco do poder. O bloco no poder é um conceito desenvolvido por Nicos Poulantzas (1977) para indicar a relação existente entre classes e frações de classes dominantes e o Estado. No Brasil, autores como Boito Junior e Tatiana Berringer trabalham com esse conceito adaptando a nossas elites. Dessa forma, a política externa não é, portanto uma política de estado autônoma, mas sim determinada pela fração hegemônica do bloco no poder.

Considerando o debate realizado entre os diferentes trabalhos que consideram esse período de transição como ruptura e outros como continuidade, através da análise dos discursos dos ex-presidentes, entendemos que nesse período existiram continuidades, mas que sua característica maior são as rupturas. Isso se deve a forma como o Estado organizou os interesses políticos das classes dominantes. As políticas de integração não se afirmaram como prioridade no governo FHC, em detrimento da autonomia pela integração. Esse modelo de estruturação entende que os países de forma autônoma podem crescer e se organizar individualmente com a ajuda do capital internacional, justificando assim as privatizações e a redução dos gastos estatais. No período de 1995 a 2002 a representatividade do Brasil regional e internacionalmente não ultrapassou a faixa dos 50%, chegando a cair para o índice dos 11,58% nos anos de 1998 a 2002, nos levando a crer que esse modelo não teve êxito em melhorar a credibilidade do país.

No que se refere a organização da política externa no governo Lula e as políticas aplicadas de integração não se deve só ao discurso político inicial do Partido dos Trabalhadores, como notou Almeida, mas marcadamente pela troca da elite no bloco do poder. Na gestão FHC a elite no poder se constituía na elite compradora que não tem base acumulativa e se comporta como agente do capital imperialista. No momento em



que a gestão Lula assume a elite no poder passa a ser interna, que possui relações complexas com o capital imperialista, pois possui bases próprias de acumulação. Essa fração é constituída principalmente por indústrias de bens de consumo (BERRINGER, 2015, P 69). Em conjunto aos interesses dessa fração, consideramos ainda as mudanças no cenário internacional. Esses fatores em conjunto tornaram as políticas de regionalização mais afetivas, agindo diretamente da melhoria do Mercosul e no seu aumento de representatividade. É certo que ainda há muito para ser melhorado e colocado em pratica no que diz respeito a região da América Latina, mas não podemos desconsiderar a iniciativa dessas melhorias iniciadas em 2003.

#### Fontes

Site eletrônico do Itamaraty. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/>

Site eletrônico Latinobarómetro. Disponível em: <http://www.latinobarometro.org/lat.jsp>

#### Referencias bibliograficas

BERRINGER, Tatiana. **A burguesia brasileira e a política externa nos governos FHC e Lula**. – 1. Ed. – Curitiba, Appris, 2015.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **De FHC a Lula: uma década de política externa (1995-2005)**. – Civitas- Revista de Ciências Sociais, v 5. N 2, jul. – dez. 2005.

POULANTZAS, Nico. **Poder Político e Classes Sociais**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1977.

**10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma/ Emir Sader (org.)**. – São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO; Brasil; 2013.

BOITO Jr, Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Editora Xamã, 1999.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Carta ao povo brasileiro**. Junho, 2002<sup>a</sup>.

SECCO, Lincoln. **História do PT: 1978-2010** Cotia, SP: Ateliê editorial, 2011.

AARÃO, Daniel Reis. **O governo Lula: das utopias revolucionárias à política como arte do possível**. Revista USP, São Paulo, n 65, p 64-73, março/maio, 2005.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Quinhentos anos de periferia: uma contribuição ao estudo da política internacional**. – 4. Ed.- Porto Alegre/ Rio de Janeiro: Ed. Da UFRGS/Contraponto, 2002.

RODRIGUES, Thiago Moreira de Souza. **Relações internacionais**. – Florianópolis: Departamento de ciência da administração/ UFSC: (Brasilia): CAPES: UAB, 2012



\_. **História comparada: debates teóricos e metodológicos.** /Organizado por GracildaAlves; IgorLapsky; Karl Schurster. – Recife: EDUPE, Editora Universidade de Pernambuco, 2013.

\_. **Cinco mil dias: o Brasil na era do lulismo/** Gilberto Maringoni, Juliano Medeiros. – 1. Ed. – São Paulo: Boitempo/ Fundação Lauro Campos, 2017.

RIKE, Stefan. **América Latia e Estados Unidos: uma história entre espaços: do período colonial aos dias atuais/** Stefan Rinke: tradução Diogo de Holanda. – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Autografia, Pernambuco: EDUPE, 2015.

OLIVEIRA, Marcos Aurelio Guedes de. SOUZA, Deywisson Ronaldo Oliveira de. SANTOS, Deijenane Gomes dos. **Cardoso, Lula da Silva e o Oriente Médio: Mudança ou continuidade?** Boletim Meridiano 47 vol. 16, n. 148, mar.-abr. 2015

VILLELA, André. GIAMBIAGI, Fabio. HERMANN Jennifer. CASTRO, Lavinia Barros de. **Economia brasileira contemporânea.** 2011. Editora Elsevier, edição 2°.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Relações internacionais e política externa do Brasil.** 2011. Editora LTC, edição 1°.

SCHURSTER, Karl; LAPSKY, Igor; TEIXEIRA DA SILVA, F. C.; BRITO SILVA, Giselda (Orgs.). **Velhas e novas direitas: a atualidade de uma polêmica.** 2014. Edupe.

LINHARES, Maria Yedda. **História geral do Brasil.** – 10. Ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2016

\_. **Relações Brasil – Estados Unidos: séculos XX e XXI/** Sidnei J. Munhoz, Francisco Carlos Teixeira da Silva (organizadores) - - Maringá: Eduem, 2011.

CARNEIRO, Ricardo. **Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no ultimo quarto do século XX/** Ricardo Carneiro. – São Paulo: Editora UNESP, IE – Unicamp, 2002.

NERI, Marcelo. **A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide/** Marcelo Neri. – São Paulo: Saraiva, 2011.

QUINTÃO, Aylê-Salassiê Filgueiras. **Mercosul: passaporte para a americanidade – discurso dos jornalistas correspondentes no exterior (1991-2005)** – 1.ed. – Brasília, 2005.

FIGUEIREDO, Lucas. **Morcegos negros /** Lucas Figueiredo. – Rio de Janeiro: Record, 2000.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político y clases sociales em el estado capitalista. /** Nicos Poulantzas: traducción de Florentino M. Torner. – Siglo XXI editores, s.a de c.v – cerro del água 246, Romero de Terrenos, 04310, México, D.F.

PRADO, Maria Ligia Coelho. **O Brasil e a distante América do Sul.** – Revista de História 145 (2001). 127-149

BARROS, THB. **Por uma metodologia do discurso: noções e métodos para uma análise discursiva.** In: Uma trajetória da Arquivística a partir da Análise do Discurso:



inflexões histórico-conceituais [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, pp. 73-95. ISBN 978-85- 7983-661-9.

FOCAULT, Michel. A arqueologia do saber/ Michel Foucault; tradução de Luiz Felipe Baeta Neves, - 7.ed.- Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

ORLANDI, Eni p. **Michel Pêcheux e a Análise de Discurso** in Estudos da linguagem. – Vitória da Conquista, n-1, p. 9- 13, junho de 2005.

Vizentin, Paulo Fagundes. **De FHC a Lula Uma década de política externa (1995-2005)**. Civitas – Revista de Ciências Sociais, v. 5. n. 2, jul.-dez. 2005  
Almeida, Paulo Roberto de. **Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula**. Rev. bras. polít. int. vol.47 no.1 Brasília Jan./June 2004